

# As raízes históricas da desigualdade socioambiental no extremo sul do Brasil:

um olhar sobre o surgimento da cidade do Rio Grande, em 1737

Por Eron da Silva Rodrigues<sup>1</sup>, Carlos RS Machado<sup>2</sup> e Kathleen Kate Dominguez Aguirre<sup>3</sup>

## Resumo

Fronteiras sempre foram regiões de intensas disputas e constantes conflitos. No extremo sul do Brasil não foi diferente, principalmente no período que tange o século XVIII, quando Portugal e Espanha viveram diversas disputas territoriais. Nessa região conflituosa, onde já circulavam índios, contrabandistas de gado vacum e mercadores, foi fundado em 1737 o Presídio Jesus-Maria-José que deu origem a primeira cidade do estado do Rio Grande do Sul e que hoje é conhecida como cidade do Rio Grande. Porém, em geral, a figura do pobre, do negro e do indígena nesta localidade é renegada por parte da historiografia. Portanto, mais do que um estudo do período da ocupação, ignorado ou exposto nos espaços de ensino a partir da perspectiva portuguesa, temos por objetivo problematizar a versão mantida de que os brancos portugueses foram os únicos e verdadeiros desbravadores e construtores da cidade do Rio Grande, quando o espanhol é tido, nesta perspectiva, como o inimigo, e o indígena, o negro e o pobre como selvagens, animais e incultos, justificando as ações dos brancos sobre estes.

## Abstract

Borders have always been areas of intense disputes and constant conflicts. In southern Brazil was no different, especially in the period regard the eighteenth century, when Portugal and Spain lived several territorial disputes. This conflicted region, which already circulated Indians, cattle smugglers vacum and merchants, was founded in 1737 the Presidio Jesus-Mary-Joseph who led the first city in the state of Rio Grande do Sul and what is now known as the city of Rio Grande. However, in general, poor figure, the black and indigenous in this locality is denied by the historiography. Carrying more than a study of the occupation period, ignored or explained in teaching spaces from the Portuguese perspective, we aim to discuss the version held that the Portuguese whites were the only true pioneers and city builders of Rio Grande when Spanish is had, to that end, as the enemy, and the indigenous, the black and the poor as wild, animals and uneducated, justifying the actions of white on them.

<sup>1</sup>Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2014). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA - FURG. É voluntário no Observatório dos Conflitos Socioambientais e Urbanos no Extremo Sul do Brasil (CNPq) FURG.

<sup>2</sup> É professor titular de políticas públicas da educação na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e na Linha de Fundamentos da Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA). Coordena o Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil. Possui graduação em História Licenciatura Plena (1989), Especialização em História do Brasil (1991) pela Faculdade Porto Alegre de Educação Ciências e Letras; Ciências Sociais e Políticas (1992) pela Escuela Nico Lopez (Cuba); Mestrado em Educação (1999) e Doutorado (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É membro do conselho editorial das Revistas - Ambiente & Educação (FURG) (1413-8638) e Momento (Rio Grande) (0102-2717).

<sup>3</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande (2014). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (FURG). É voluntária no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) nesta mesma universidade.

# Introdução

A Cidade do Rio Grande é historicamente marcada pela desigualdade social e exploração de determinadas famílias sobre as camadas pobres, sejam os indígenas locais, os pobres trazidos para a região a ser ocupada durante as disputas entre os portugueses e espanhóis, assim como os negros importados para a escravização. Partimos, enquanto hipótese, que os espaços constituídos hoje na cidade são produto das relações e conflitos entre estes grupos.

Nos últimos anos a cidade passou por uma explosão econômica decorrente da construção e produção no polo naval, ainda em benefício de poucos empresários que desfrutaram dos recursos públicos para o acúmulo de riqueza, pautados na forte exploração humana e ambiental. Neste cenário houve levas de migração do sudeste, norte e nordeste do país, servindo como mão de obra para as empresas do porto, a partir disso, foi possível perceber o emergir de manifestações de ódio e racismo que entendemos serem históricos na região. Mas geralmente despercebidos como consequências dos conflitos gerados pelo capitalismo, e a injustiça e disputa de poder inerentes a ele. Assim, destacamos que a terra e os territórios, as riquezas e os espaços de poder são apropriados e usados em benefícios de poucos.

No Brasil, é sabido que desde a conquista colonial, passando pela ocupação das terras indígenas, pela exploração dos recursos naturais pela metrópole portuguesa, pela formação intersticial de um mercado doméstico, o trabalho de muitos fez do território um mundo para poucos. Por muito tempo o poder sobre os homens foi condição do poder sobre o território e seus recursos. Ante a vastidão continental do país e a enorme disponibilidade de terras livres, o escravismo foi condição essencial da apropriação privada da base material da sociedade. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 121)

Nos anos de 2013 e 2014 atuei como bolsista voluntário do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, o que me propiciou uma série de estudos ligados a temáticas que envolvem esta região, e seus conflitos, a desigualdade e a injustiça social e ambiental que aqui viceja.

O Observatório dos Conflitos Socioambientais e Urbanos percebe na realidade brasileira “a apropriação desigual da riqueza sobre o território impedindo a democratização em

benefício de toda a sociedade”. Sob esta compreensão o grupo de pesquisa se dedica ao mapeamento e pesquisa de conflitos no Extremo Sul do Brasil para a promoção do debate público e contribuição para a justiça social. (AGUIRRE, RODRIGUES, MACHADO, 2013)

Mas, se de um lado o observatório mapeia os conflitos como reflexão a pesquisas de conclusão de curso, dissertação e teses, de outro podemos identificar que a realidade existente na região foi produzida historicamente, desde pelo menos meados do século XVIII, entre 1750 (Tratado de Madri) até a Independência do Brasil.

Fronteiras sempre foram regiões de intensas disputas e constantes conflitos. E no extremo sul do Brasil não fora diferente, principalmente no período que tange o século XVIII e XIX. Os períodos que abrangem o início do século XVIII e metade do XIX foram de inúmeras disputas de territórios entre as coroas portuguesas e espanholas, podemos observar no trecho abaixo como Francisco das Neves Alves esboça uma das principais causas para tais acontecimentos:

A primeira metade do século XVIII caracterizou-se pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para sustentação do sistema econômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo a partir disso uma série de conflitos entre diversos países europeus. As nações hegemônicas – Portugal e Espanha – passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica. (...) Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio espanhol, Portugal iria eleger como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina. (ALVES, 2010, p.33-51)

Neste período, diríamos estarem se formando as raízes das classes e grupos sociais que, ainda hoje, através da educação nas escolas das cidades é contada como sendo de heróis e salvadores, desbravadores e lutadores que lutaram contra os selvagens, a natureza inóspita, ou que através de suas bravuras garantiam as “fronteiras brasileiras” que os espanhóis buscavam ocupar, invadir, dominar. E é nessa região conflituosa, onde já circulavam índios, contrabandistas de gado vacum, mercadores, que em 1737 é fundado o Presídio Jesus-Maria-José que deu origem a primeira cidade do estado do Rio Grande do Sul e que hoje é conhecida como cidade do Rio Grande.

Quanto a isto é possível observar a forte miscigenação já nos primórdios da fundação da cidade, como observa Luis Henrique Torres:

A partir de 1737, a atual cidade do Rio Grande se projeta como um laboratório de experiências culturais, biológicas e de complexas relações sociais que envolveram soldados, europeus, açorianos, índios, negros e colonizadores do Brasil e da Colônia do Sacramento. (TORRES, 2008. P.101)

Como se pode observar, embora nos dias atuais haja uma forte tendência a exaltar a formação da cidade do Rio Grande como exclusivamente açoriana, o que se tem na realidade é uma negação de diferentes etnias na constituição de um povoado que deu origem ao que hoje entendemos como Rio Grande do Sul.

Partimos que isso ocorre, mais fortemente, devido à clara negação desses diferentes grupos étnicos nos meios de informação e de materiais didáticos que são utilizados para falar de forma histórica sobre tal momento. Nossas inquietações vão ao encontro de que é neste momento, em meados da metade do século XVIII, que passam a surgir neste território social pela exploração de alguns, principalmente portugueses, sobre outros como negros e indígenas e também uma desigualdade ambiental onde um pequeno grupo passa a controlar e explorar a maior parte da terra e do território. Nossos questionamentos seguem em relação de como e por que os diferentes atores sociais da época se tornaram quase que “fantasmas” em nossas escolas e universidades?

Edward Said vai mostrar que a produção literária na Europa aponta sempre no sentido colonizador com a afirmação de que o *outro* é o exótico, inculto, bárbaro e selvagem, justificando a exploração e a exclamação de superioridade do branco e das elites daquele continente sobre os povos escravizados da América e da África, utilizados para povoação e trabalho forçado para riqueza dos europeus. Esta perspectiva é ainda hoje reproduzida nos espaços educativos, na mídia e na imprensa servindo como apoio na produção das relações de poder contra aqueles grupos sociais considerados “de baixo”. Lander vai apontar que

“La conquista ibérica del continente americano es el momento fundante de los dos procesos que articuladamente conforman la historia posterior: la *modernidad* y la *organización colonial del mundo*. Con el inicio del colonialismo en América comienza no sólo la organización colonial del mundo sino –simultáneamente la constitución colonial de los saberes, de los lenguajes, de la memoria y Del imaginario. Se da inicio al largo proceso que culminará en los siglos XVIII y XIX en el cual, por primera vez, se organiza la totalidad del espacio y del tiempo -todas las culturas, pueblos y territorios del planeta, presentes y pasados- en una gran narrativa universal. En esta narrativa, Europa es -

o ha sido siempre- simultáneamente el centro geográfico y la culminación del movimiento temporal. (...)Con los cronistas españoles se da inicio a la “masiva formación discursiva” de construcción de Europa/Occidente y lo otro, del europeo y el indio, desde la posición privilegiada del *lugar de enunciación* asociado al poder imperial.” (LANDER, 2005, p.16)

É através destes pontos levantados por pesquisadores como Edgardo Lander que pretendemos trabalhar a análise de diferentes documentos, dando um enfoque sob o discurso da ótica europeia portuguesa, frente aos “outros”, na apropriação do território sul da América do Sul.

## 2. Procurando entender como ocorreram as construções históricas de uma Rio Grande açoriana

Nossa perspectiva é de que hoje na região predomina a desigualdade socioambiental, à medida que uma minoria se apropria da terra e da riqueza produzida por ela e pelos trabalhadores, mas não em benefício destes. Em decorrência disso, afirmamos que a história contada nos livros didáticos e na Universidade tende a reproduzir esta história dominante e branca.

Para uma primeira reflexão acerca da construção de um discurso único, buscamos observar relatos de viajantes que a partir do início do século XIX, passaram a fazer viagens por essas regiões de fronteira e que através de variados diários de bordo levavam para seus países natais, uma percepção do que viam e do que acontecia nessas regiões. Dentre esses cronistas que, sobre suas óticas escrevem sobre Rio Grande e região, temos relatos como o do naturalista francês Auguste de Saint-Hillaire, que trazia uma percepção europeia de ambiente e civilização. Já de antemão acreditamos ser uma visão preconceituosa e eurocêntrica de uma região que em quase nada se parecia com efervescente Europa da virada do século XVIII, para o XIX. Como podemos identificar neste trecho abaixo:

“[...] Nada se iguala à tristeza desses lugares. De um lado, o bramir do oceano; e do outro, o rio. O terreno, extremamente plano e quase ao nível do mar, é todo areal esbranquiçado, onde crescem plantas esparsas, principalmente o senecio. As choupanas, mal conservadas, só anunciam miséria: destroços de embarcações semi-enterradas na areia recordam pungentes desgraças e nossa alma se enche,

pouco a pouco, de melancolia e terror. O refluxo das águas do rio, produzido pelo mar, e a falta de profundidade são as causas das dificuldades que a barra apresenta à navegação e dos naufrágios freqüentes que ali ocorrem. Para prevenilos, foram tomadas, entretanto, várias precauções. A torre, da qual já falei, indica aos navegantes a embocadura do rio. Um homem encarregado de sondar constantemente a barra, por meio de sinais, informa às embarcações se a quantidade de água, que varia sem cessar, lhes permite a entrada; estas também fazem sinais indicativos sobre o calado de suas embarcações; enfim, quando saem ou entram, o práctico da barra, num pequeno barco denominado catraia, vai mostrando, por meio de uma bandeira, que ele inclina de um lado ou de outro, o caminho a seguir. O práctico recebe dez mil-réis de cada embarcação que sai ou entra.” (Saint Hillaire, 1820, p. 100)

Identifica-se que suas observações são orientadas com o que ele passa e vive em seu continente natal. Fazendo assim, um comparativo de ambiente com a Europa e as grandes cidades onde o processo de “domesticação” da natureza já naquele momento se encontrava muito amplo, em contraponto ao da cidade do Rio Grande e de toda região de fronteira do sul do Brasil.

A valoração dos povos distintos, sejam aqueles que já aqui viviam ou aqueles que foram trazidos a força para serem escravizados, são deixados à margem dos livros de história, ou se aparecem são em poucos casos. Percebe-se que o nascimento de Rio Grande e por consequência do Rio Grande do Sul, que aparece nos livros didáticos é quase sempre como uma forma de conter a invasão espanhola e assim evitar o contrabando<sup>4</sup>. Podemos observar no trecho a seguir o como é enaltecido o papel do homem branco português na constituição do território onde atualmente é localizada a cidade do Rio Grande e através disso, também é possível perceber a não nomeação de outros atores sociais no processo de povoamento do local:

Para proteger o continente, a Coroa portuguesa criou em 1737 o presídio e o povoado de Rio Grande, no canal que dá acesso à laguna dos patos. (...) O presídio, chamado de Jesus-Maria-José, serviu também de ponto de apoio para a Colônia de Sacramento, frequentemente atacada pelos espanhóis. Além disso, possibilitou o povoamento da região por causa da vinda de centenas de pessoas, que se instalaram nas áreas ao redor dele. (PILETTI, 2012, p.41)

<sup>4</sup> Sobre isso, Guilhermino Cesar diz que “nem o contrabando de víveres ou de tecidos, nem o de gado, nem o de prata e ouro foram por aqui mais rendosos do que o de carne humana. (...) A Companhia de Jesus, por exemplo, pugnava pela total liberdade do índio, mas aceitava a escravidão dos negros, ao ponto de importá-los para suas fazendas.” (1978, p. 19)

Nota-se que um livro que aborda o tema com crianças de 4º e 5º ano do ensino fundamental o faz como os portugueses sendo os detentores destas terras e travando lutas contra aqueles que teriam como intuito tomar e destruir as terras que eram de Portugal. O livro, acima citado, serve principalmente para as escolas públicas da cidade do Rio Grande, como uma das únicas bases didáticas, não se encontrando outro livro que possa ter uma proposta e uma ótica diferenciada.

Mas, também na Universidade Federal do Rio Grande, alguns pesquisadores que trabalham a história deste período, acabam também fazendo afirmações que possibilitam a legitimação de um discurso que nega as diferentes etnias e os diferentes grupos que aqui habitavam ou passaram a habitar nos meados do século XVIII:

Em relação ao lugar social dos açorianos na Vila do Rio Grande, Queiroz observa que o insignificante número de famílias açorianas que se tornaram proprietárias de escravos até abril de 1763 (invasão espanhola) significa claramente que, nesta fase, a mão-de-obra básica das pequenas propriedades – as chácaras ou sítios –, que os casais açorianos partilharam com tios, primos, sogros, e outros casais, foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autentica classe camponesa da sociedade rio-grandina deste período. (TORRES, 2008, p.189)

Tal historiador e professor da Universidade Federal do Rio Grande procura evidenciar e enaltecer em seus escritos a figura do açoriano, ou seja, portugueses oriundos dos arquipélagos dos açores, como sendo a figura central da constituição do território da Cidade do Rio Grande. Negando ou não evidenciando de forma clara a existência de outros diferentes grupos étnicos, que também faziam parte da realidade territorial deste local.

Percebe-se que tal negação ou diminuição da importância de grupos indígenas, de negros escravizados e de espanhóis, legitima um discurso histórico de um território luso-brasileiro em sua essência. Também é importante ressaltar que esse discurso que exclui determinados grupos, não fica somente reservado a textos acadêmicos, crônicas de viajantes e livros didáticos. Ele ramifica-se pelos jornais locais e principalmente pelo Jornal Agora, periódico citadino que possui a maior tiragem, sendo que o referido historiador possui uma coluna na qual trata de assuntos ligados a história da cidade.

Sabe-se que um veículo de comunicação como um jornal impresso possui uma abrangência muito maior que outros documentos, como os acima citados, e que tal escrita torna-se para o grande público, se não há única, a fonte de informação que mais possui notoriedade. Diante disso,

apresentamos um trecho da coluna do Jornal Agora de agosto de 2013, que se intitula *HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE*, onde TORRES procura fazer um apanhado histórico do município:

Cenário geopolítico de enfrentamento entre Portugal e a Espanha pelo controle do estuário da Lagoa dos Patos (área onde foi edificado o único complexo marítimo portuário do Rio Grande do Sul), o início oficial do povoamento europeu ocorreu em 19 de fevereiro de 1737 com a chegada de uma frota naval portuguesa, comandada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, o qual organiza uma Comandância Militar para administrar **o Rio Grande do Sul lusitano**. (...) O povoamento no século 18 teve predominância de açorianos, portugueses, cariocas e paulistas, **dotando o local de uma identidade luso-brasileira**. (JORNAL AGORA, 2013, p.06) [grifo nosso]

É possível assim presumir que tal região foi constituída única e exclusivamente por europeus e militares luso-brasileiros, sendo que em momento algum da referida reportagem ressalta-se a existência de povos indígenas, o constante fluxo de espanhóis oriundos da região do Prata e nem mesmo a vinda de populações negras, seja escravizada ou como mão de obra livre e também mulheres trazidas para servirem de afago dos militares solteiros. Já para o fim da reportagem, que obteve uma página inteira do jornal, o autor volta a reafirmar que “Em meio a mudanças tão profundas, fortalece a necessidade de preservação e divulgação das raízes histórico-culturais desta que é a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul e cuja identidade deve ser redescoberta/construída”, ou seja, em pleno ano de 2013 seria necessário “refrescar” a memória daqueles desinformados de que tal região carrega a herança europeia portuguesa branca em suas veias e que qualquer outra etnia ou grupo que aqui esteja, não passará de um intruso, de um “outro” que Edward Said salienta.

### 3. Procurando outras possibilidades de entender a cidade do Rio Grande

O objetivo de nosso trabalho está sendo pesquisar e mapear dados, informações e documentos históricos, administrativos, relatos, crônicas, etc. para mostrar que, ao contrário disso, há outros atores, conflitos, visões e per-



cepções sobre a realidade, em confronto com aquela que nos é contada como única e inabalável. Podemos, como forma de exemplificação, utilizar as pesquisas da professora Dra. Helen Osório que em sua tese de doutorado traz esboços e materiais que questionam esta negação da não participação do negro no povoamento e por consequência, de sua não participação na constituição do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>. Evidenciamos, um quadro elaborado pela autora que nos mostra o quão forte foi a presença de escravos já no início do processo de povoamento do Rio Grande do Sul:

**Tabela 1 - Escravos importados pelo Rio Grande do Sul, 1792-1822 (OSÓRIO, 2007)**

Anos	Total de escravos importados pelo Rio Grande do Sul	Escravos importados do Rio de Janeiro	Escravos importados da Bahia	% importações do Rio de Janeiro
1792	-	316	-	-
1800	400	-	-	-
1802	519	452	66	87,1
1803	752	618	88	82,2
1805	559	515	28	92,1
1808	1.072	598	363	55,8
1809	768	585	139	76,2
1810	731	552	131	75,5
1811	1527	1174	320	76,9
1812	1330	1168	110	87,8
1813	2073	1791	173	86,4
1814	3256	2560	297	78,6
1815	1297	1185	41	91,4
1819	1601	1537	23	96,0
1820	1443	1232	194	85,4
1822	-	1799	-	-

Nota-se que o quadro acima vai de encontro com inúmeros discursos de que o negro pouco participou do processo de ocupação do território, sabe-se também que neste período o português usava ao máximo da mão de obra escrava em sua grande maioria, realizando assim o mínimo necessário de serviços braçais. Entendemos, a partir disso, que é quase irrisória a tentativa de negar a participação negra em inúmeras tarefas de ocupação e de cons-

<sup>5</sup> Apesar de termos mapeando a vinda de escravos, conforme a tabela, há relatos mais recentes de que desde o início os açorianos traziam crianças negras como escravas.

trução da Vila do Rio Grande que depois viria a tornar-se Cidade do Rio Grande.

Também sobre a questão da população negra nesta região, em sua maioria escravizada, temos colaborações significativas de outros autores que demonstram como o contingente negro fora significativo:

A presença de escravos nas nossas primeiras povoações, nas primeiras estâncias, é um fato pouco estudado. Os primeiros mapas estatísticos da Capitania sugerem, no entanto, **o papel importante** que devem ter desempenhado. Introduzidos com as primeiras expedições, ocupando lentamente os mais diversos trabalhos e ofícios urbanos, a presença do escravo será remarcável, porém, irregularmente distribuída. (...) Segundo Guilhermino César, “negros participaram, também, conforme prova documental, da expedição comandada pelo Brig. Silva Paes (1737), o fundador do presídio militar do Rio Grande. (MAESTRI FILHO, 1979, p.37)

Tais colaborações, como a de Mário Filho, não nos permitem corroborar com uma história unicamente portuguesa no extremo sul do Brasil, nos fazem repensar e questionar algumas produções, acadêmicas ou não, que há muito estão colocadas na história do município de Rio Grande como verdade absoluta, sem ressaltar a importância que diversos grupos étnico-raciais tiveram e ainda tem para que possamos compreender nossas raízes e nossa cultura rio-grandina.

Novamente, procurando fazer um contraponto há uma exclusiva descendência europeia e aqui entende-se portuguesa da História do Rio Grande, procuraremos dar nos trechos a seguir dar visibilidade a cultura indígena, ou as diferentes culturas indígenas que contribuíram, fortemente, no processo de construção, povoamento e constituição da Cida do Rio Grande e de todo estado do Rio Grande do Sul. Nossa perspectiva é possibilitar que nos dias atuais seja evidenciada e reafirmada a participação destes diferentes atores que tiveram participações importantíssimas na história de Rio Grande, Rio Grande do Sul e do Brasil e que embora nos pareça tão evidente, é notório que, por parte de alguns grupos, se procura marginalizar tal participação, preferindo ainda enaltecer uma descendência exclusiva europeia.

Para relatar a importância da participação indígena no processo de povoamento do extremo sul do Brasil, poderíamos trazer inúmeros autores que já comprovam tal contribuição, para tanto iremos evidenciar a escrita de Maria Luiza Queiroz, que escreveu a obra *A Vila do rio Grande de São Pedro*. Onde dentre outros aspectos ela

aborda a participação dos povos indígenas neste na construção deste território:

Também por volta de setembro de 1737 o presídio passou a incorporar elementos índios que eram apresados na campanha, durante as diversas incursões que se fazia. Encontram-se nos livros de Batismos da freguesia vários assentamentos de índio ou índia “apanhado na campanha”; são tapes (guaranis) procedentes “do sertão de Buenos Aires”, sendo em grande número mães apresadas com seus filhos. (...) A grande maioria desse contingente, entretanto, **contribuiu decisivamente para a implantação da nova colônia**, sobretudo pelo engajamento na atividade pecuária, nas estâncias reais e de particulares. (QUEIRÓZ, 1987, p.54-55) [grifo nosso]

Percebemos aqui, que a negação indígena nos escritos atuais acerca da história do município torna-se completamente equivocada ou descompromissada com uma ética histórica, tentando assim manter um eurocentrismo exacerbado na história do Brasil. Não é nossa expectativa trazer uma verdade absoluta, mas ao contrário, é nossa tarefa como pesquisadores e professores de história, demonstrar que a participação e a colaboração de diferentes grupos e diferentes concepções de viver na terra, são construtoras de nossas raízes históricas como brasileiros e também nossas peculiaridades como moradores do extremo sul do Rio Grande do Sul.

A última colaboração que pretendemos evidenciar na construção desta região, é a das populações espanholas ou descendentes de espanhóis que faziam fronteira com esta região nas conturbadas disputas territoriais em que estava imbricada a região sul do rio Grande. Para isto, utilizaremos novamente a escrita de Maria Queiróz, onde a autora também tem a preocupação de explicitar a participação hispânica na região:

(...) o contingente hispânico da povoação do Rio grande formado principalmente pelos espanhóis que acorreram com o objeto de aí se estabelecer. É marcante, a partir de 1738, a presença de peões espanhóis, procedentes, a maioria, de Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Paraguai, radicados nas estâncias reais e particulares. Esses homens representavam mão-de-obra altamente especializada, de importância vital para a sobrevivência da Colônia, cuja economia de mercado e subsistência tinha por base a pecuária. (...) Esta pequena migração espanhola para a Colônia do Rio Grande vai se manter durante todo século XVIII, e não deve ser encarada como um acontecimento excepcional. (QUEIRÓZ, 1987, p.57)

Pode-se notar que embora ainda haja um discurso elitista e excludente, que está intrínseco nas argumentações dos livros didáticos e de artigos acadêmicos que circulam na cidade do Rio Grande. É possível e preciso evidenciar perspectivas e relatos que contrapõem tais discursos, como é o caso de Helen Osório, Maestri Filho, Maria Queiroz dentre outros inúmeros pesquisadores que procuram dar voz e vez a estes diferentes grupos que há muito estão sendo ceifados da nossa história.

## 4. Considerações Finais

Temos que história desse período, portanto, nos é contada quase que de forma única, contadas por militares portugueses ou seus aliados, funcionários portugueses ou brasileiros brancos, muitos de origem portuguesa, e assim ressaltando o papel destes na história da cidade do Rio Grande e região. Nestas, os negros, os indígenas e os espanhóis são vistos somente como escravos, serviçais, inimigos e/ou selvagens. É enaltecido o trabalho desses “desbravadores” portugueses, que contribuíram em muito para transformar uma terra até então “selvagem” num lugar apropriado para se viver e explorar suas riquezas naturais.

Assim, como hoje, a história não é feita ou resultado apenas pelas ações dos brancos ou das classes dominantes, acreditamos que este território que atualmente é compreendido como o Estado do Rio Grande do Sul e mais especificamente a localidade onde se encontra a Cidade do Rio Grande, fora construído e constituído por diferentes grupos étnico-raciais e por inúmeros conflitos socioambientais que ainda pouco aparecem nos livros escolares, nos periódicos acadêmicos da nossa Universidade e também nos jornais locais.

Tal realidade tem corroborado por mais de dois séculos, com uma enorme desigualdade socioambiental, que tem sido marca histórica da região desde sua povoação organizada e arquitetada pelos colonizadores portugueses. A partir destas percepções como discurso único, com negação de diferentes povos e grupos nos livros didáticos que retratam a história da cidade para as crianças, com um discurso no mínimo tendencioso por parte de alguns professores e pesquisadores é que passamos a entender o porquê de estarmos, tão fortemente, inseridos num cenário desolador de exploração e degradação ambiental na Cidade do Rio Grande. Percebemos que estas ações que negam o outro tem servido para a manutenção de uma realidade explora-

tória onde um pequeno grupo que mantém raízes históricas de exploração e manutenção de poder pode sobrepor-se a outros diversos e que não se entendem representados nestas escritas.

Entendemos que a forte injustiça ambiental que está arraigada na Cidade do Rio Grande é fruto de uma utilização desigual de seus bens, a partir disso corroboramos que:

“Se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental. (...) Outra manifestação da desigualdade ambiental concerne ao acesso desigual aos recursos ambientais. Este acesso desigual se manifesta tanto na esfera da produção, no que diz respeito aos recursos do território, como na esfera do consumo, com os recursos naturais já transformados em bens manufaturados.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 73-74)

Conforme os autores acima evidenciados, é notório que a realidade encontrada na Cidade do Rio Grande é fruto de disputas sociais e políticas, onde constantemente os grupos que oprimem e forçam a desigualdade social, ambiental, étnica, de gênero, estão há muito nos contando a história, sob seus prismas, e fomentando a exploração e a injustiça ambiental. Com isso é necessário compreender essas questões históricas, na qual estamos inseridos, para que a partir desta realidade possamos trabalhar com mais qualidade e conhecimento de causa as questões acerca da Educação Ambiental nas escolas, nos bairros e nas comunidades mais atingidas, na cidade, pela forte desigualdade ambiental da qual fazemos parte.

Esperamos que nossas pesquisas e escritas possibilitem uma maior compreensão dos fatos históricos desta região, para assim haver um avanço nos processos de não alienação da população rio-grandina que permita, cada vez mais, haver contradiscursos frente ao que está posto atualmente. Com isso, poderíamos avançar em inúmeras questões de ordem pública para um melhoramento mínimo de diversas comunidades que hoje sofrem com os abusos do Estado e de grupos empresariais que visam não mais que o lucro incessante explorando e degradando o que for.

Para finalizar trazemos um pequeno trecho extraído do livro *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*, onde em um dos inúmeros artigos ali presente, destacamos um trecho onde Philippe Layrargues apresenta o que ele entende como *desigualdade ambiental*:

É definida como a exposição diferenciada de grupos sociais a amenidades (ar puro, áreas verdes e água limpa) e situações de risco ambiental. Minorias étnicas e grupos de baixa renda estão mais expostos a riscos ambientais como enchentes (inundações), deslizamentos (desmoronamentos), poluição, contaminação etc., ou seja, existe uma relação entre baixa condição socioeconômica e alta exposição ao risco ambiental, corroborando a desigual distribuição das amenidades e dos riscos ambientais entre os grupos sociais, causando injustiça ambiental para uns e conforto ou segurança ambiental para outros. (LAYRARGUES, 2009, p. 18-19)

Portanto, entendemos que a apropriação da terra, das riquezas produzidas, bem como a ocupação dos espaços de poder não decorre de atos unilaterais. Mas, sim em conflito e em contradição – entre as classes e grupos sociais - numa realidade de relações sociais e destas com o ambiente natural em processo que devem ser incorporados em perspectivas críticas seja da história, da história ambiental, como também da educação ambiental para que possamos avançar nossas práticas em direção de uma perspectiva diferente desta que nos está imposta como sendo a única possível.

## Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Visões do Rio Grande: a vila/cidade na óptica europeia (1809-1887)**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. **Os dragões no Rio Grande do Sul na visão de um historiador militar**. Rio Grande: BIBLOS, 14, pp. 39-46, 2002.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos**. 2ª.ed. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

\_\_\_\_\_. **O contrabando no sul do Brasil. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul; Porto Alegre,**

Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CIPRIANO, Diego e MACHADO, Carlos RS. **Auguste de Saint-Hillaire e a natureza: Relatos do rio Grande, 1820**. Mimeo.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia sulriograndense e o positivismo comtiano**. Estudos Leopoldenses, vol. 30, n. 137, 1994, p. 69-78.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades**. In.: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de; (Orgs). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009.

LANDER, Edgardo. **Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocêntricos**. In.: LANDER, Edgardo. (Org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAESTRI FILHO, Mário J. **“O escravo africano no rio grande do Sul”**. In: DACANAL, José Hidelbrando & GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1979.

MIRCO, Carmen Helena Braz. **Textos para o estudo da História do Município do Rio Grande, XVI – XVIII**. – Rio Grande: FURG, 1987.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PILETTI, Felipe. **História do Rio Grande do Sul: história regional, 4º e 5º ano: volume único**. São Paulo: Ática, 2011.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

TORRES, Luis Henrique. **A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra**. Rio Grande: Salisgraf, 2008.

TORRES, Luis Henrique. **a colonização açoriana no rio grande do sul (1752 – 1763)**. Rio Grande, Salisgraf, 2004.